

Luiz Gustavo Sales/SXC



Entre as exigências do projeto, está a comprovação de qualificação dos instrutores e de segurança nos locais de prática

Comissão discute normas de segurança para a prática de esportes radicais 7

Pauta inclui projeto que simplifica o divórcio

Casamento civil poderá ser dissolvido pelo ato do divórcio, sem necessidade de se comprovar o período de separação judicial ou de fato, segundo a proposta

O Plenário poderá votar na sessão de hoje, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que recebeu parecer favorável de Demostenes Torres. O senador afirma que perdeu sentido manter os pré-requisitos temporais de separação judicial e de fato para que seja concedido o divórcio. Também pode ser

votado hoje, entre outras propostas, o projeto que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2009. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que assina a exposição de motivos, interpreta com otimismo o cenário da economia brasileira, destacando a aceleração do ritmo de crescimento. 2

Voto de pesar pela morte de Armando Nogueira 2

CAS analisa perícia médica do INSS para idosos 6

especial Cidadania

Consumidor pode sugerir mudanças no código

Nos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, legislação pode ser renovada com participação dos interessados. Senado lançou portal que permite ao cidadão participar do aperfeiçoamento da lei. As sugestões serão levadas em conta pelo grupo encarregado de consolidar as propostas. 8



Fernando Collor (C) coordena debate com representantes do governo e do setor empresarial sobre a exploração do pré-sal

Faltam engenheiros e técnicos, aponta debate

A formação de engenheiros, técnicos e operários é o grande desafio para o aproveitamento das reservas de petróleo e gás da camada pré-sal. Essa foi a

principal conclusão ontem dos participantes do 5º painel do ciclo de debates promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). 3

Lançamento do PAC divide opinião de senadores

O lançamento, feito ontem pelo presidente Lula, da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê R\$ 1 trilhão em investimentos, foi saudado pela bancada governista como uma "conquista do povo brasileiro". Senadores da oposição, contudo, classificaram o ato como um "cômodo de luxo" organizado pelo Planalto em ano eleitoral. 5

Texto da Constituição exige um prazo mínimo de um ano de separação judicial, ou dois anos de separação de fato, para que casal possa desfazer casamento no cartório

Simplificação do divórcio na pauta de hoje do Plenário

A EXIGÊNCIA DE separação judicial prévia por mais de um ano – ou por mais de dois anos, no caso de separação de fato – para a obtenção do divórcio poderá ser abolida. A medida consta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 28/09 e pode ser votada na sessão de hoje, em segundo turno.

Caso a proposta – que emenda o parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição – seja aprovada, o casamento civil poderá ser dissolvido simplesmente pelo ato do divórcio, sem a necessidade de comprovar o período de separação judicial ou de fato.

A PEC do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) recebeu parecer favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Demostenes, perdeu o sentido manter os pré-requisitos temporais de separação judicial e de fato para que seja concedido o divórcio, passados mais de 30 anos da edição da Emenda

Constitucional 9, de 1977, que admitiu o divórcio no Brasil.

– O que se observa é que a sociedade brasileira é madura para decidir a própria vida, e as pessoas não se separam ou se divorciam apenas porque existem esses institutos. Portanto, não é a existência do instituto do divórcio que desfaz casamentos, nem a imposição de prazos ou separações intermediárias que impedirá – argumenta o senador.

Crescimento

Também pode ser votado ainda hoje, entre outras propostas, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 27/10, que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2009. É o primeiro item da pauta e consolida as estimativas de variação dos principais agregados monetários e sua evolução nesse período.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que assina a exposição de motivos

enviada ao Congresso, interpreta com otimismo o cenário da economia brasileira, destacando aceleração do ritmo de crescimento e a confiança do empresariado.

A matéria recebeu parecer favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR), aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator observa que o documento foi elaborado no contexto do cenário econômico mundial “que se caracterizou pela aparente superação da fase mais aguda da crise financeira internacional”.

De acordo com o diagnóstico do Banco Central, já no primeiro semestre do ano passado o Brasil vinha registrando sinais positivos de recuperação da atividade econômica, com expansão da produção industrial e das vendas de comércio. Meirelles destaca ainda que, nesse período, foram registradas melhorias no mercado de trabalho e de crédito, bem como recuo das taxas de inflação.

DataSenado revela apoio à intervenção no DF

Pesquisa realizada em 81 municípios pelo DataSenado revelou que 59% dos 1.269 brasileiros maiores de 16 anos consultados e que têm acesso a telefone fixo consideram necessária uma intervenção do governo federal no Distrito Federal devido ao escândalo de corrupção que levou à prisão o ex-governador José Roberto Arruda. Segundo o DataSenado, a pesquisa tem um nível de confiança de 95% e margem de erro de 3%.

Conforme a pesquisa, as notícias sobre o escândalo tiveram repercussão nacional, pois 74% dos entrevistados confirmaram terem visto alguma notícia sobre o caso. Com a pesquisa, o DataSenado identificou que, entre os aspectos ou fatos mais lembrados, estavam o pagamento de propina, distribuição de panetões e “mensalão”, com 42% das respostas.

Outros 29% dos entrevistados citaram episódios envolvendo Arruda, como o seu desligamento do DEM, o pedido de afastamento do cargo e a prisão. Mas 31% dos entrevistados que afirmaram ter conhecimento da crise no DF não foram capazes de citar nenhum caso específico.

A pesquisa apurou que, em outros estados, 65% dos entrevistados apoiariam uma intervenção federal se a situação enfrentada fosse análoga à do DF.

Para apenas 33% dos consultados, a intervenção aumenta a chance de punição a todos os envolvidos. Para 52%, a ação não interfere.



O acriano Armando Nogueira morreu ontem de manhã no Rio de Janeiro



Tião Viana afirma que crônica lírica de Armando Nogueira inaugurou estilo

Senadores pedem voto de pesar pela morte de Armando Nogueira

OS SENADORES ALVARO Dias (PSDB-PR) e Tião Viana (PT-AC) solicitaram voto de pesar pelo falecimento, ontem, do jornalista e cronista esportivo Armando Nogueira. Alvaro Dias lembrou que Armando Nogueira foi um dos criadores do *Jornal Nacional*, da TV Globo, e destacou-se no campo da administração e como comentarista, articulista e escritor.

– Inteligência rara, seus colegas de profissão sempre o reverenciaram, colocando-o num patamar superior – afirmou.

Entre outras realizações, disse o senador, Armando Nogueira escreveu dez livros sobre esportes e o texto do documentário *Pelé eterno*. Alvaro destacou algumas frases famosas do jornalista: “Pelé é tão perfeito que, se não tivesse nascido gente, teria nascido bola”; “Para Mané Garrincha, o espaço de um pequeno guardanapo era um enorme latifúndio”; “No futebol, matar a bola é um ato de amor. Se a bola não quica, mau-caráter indica”; “A bola é uma flor que nasce nos pés de Zico, com cheiro de gol”.

Em seu pedido, Tião Viana (PT-AC) assinala que Armando Nogueira, morto aos 83 anos de idade, era de Xapuri, no Acre.

– Nesta segunda-feira, o melhor do time do jornalismo brasileiro ficou irremediavelmente desfalcado. Às 7h, o coração alvinegro de Armando Nogueira parou de bater – lamentou.

Tião Viana lembrou que Nogueira saiu do Acre aos 17 anos e foi para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito, mas sua paixão pelo esporte o levou ao jornalismo. O jornalista presenciou o atentado contra Carlos Lacerda e narrou o fato como testemunha ocular, ressaltou.

– A reportagem passou à história. Entretanto, foi sua crônica esportiva lírica e moderna que encantou os brasileiros e inaugurou um novo estilo. Hoje, torcedores e jornalistas se sentem um pouco órfãos, mas igualmente agradecidos pelo enorme legado que ele lhes deixou – concluiu Viana.

O senador João Pedro (PT-AM) se associou às manifestações de pesar pelo falecimento de Armando Nogueira.

Sarney remove tumor benigno no Hospital Sírio Libanês

O presidente do Senado, José Sarney, se submeterá hoje a uma cirurgia para a retirada de um tumor benigno localizado na região labial. A informação é de sua assessoria de imprensa, a qual comunica também que a operação será feita no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, onde

ele faz seus exames médicos anuais de rotina.

Acompanhado de sua esposa, dona Marly, Sarney está em São Paulo desde a última quinta-feira. O tumor foi diagnosticado há duas semanas pelos médicos que atendem o presidente do Senado em Brasília.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta prevê recursos para irrigação

14h Na pauta, entre outros itens, proposta de emenda à Constituição relativa à aplicação de recursos destinados à irrigação. Na sessão de ontem, foi lido requerimento que adia para 12 de maio a homenagem marcada para hoje ao escritor Joaquim Nabuco pelo centenário de sua morte.

CPC Novo Código de Processo Civil

9h Reunião da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil. Em debate, “Recursos e Disposições Finais e Transitórias”.

CAS Perícias médicas do INSS

9h A Comissão de Assuntos Sociais debate perícias médicas em idosos realizadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A reunião será em conjunto com a Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Participam, entre outros, o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos; o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho; e o diretor-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Moacyr Roberto Tesch Auersvald.

CRA Linhas de transmissão de energia elétrica

9h30 Em razão de quedas de energia, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vai debater os critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente as voltadas para as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim; o diretor-geral da Aneel, Nelson José Hübner Moreira; e o diretor técnico das Linhas de Transmissão do Itaim (LTI), José Carlos Herranz Yagüe, estão entre os convidados.

CAE Registro obrigatório para obter crédito

10h Entre as propostas em votação na Comissão de Assuntos Econômicos está a que dispõe sobre a obrigatoriedade de registro do tomador em todas as operações de crédito das instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central. Na pauta, a proposta que altera a Lei Complementar 105/01, para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras.

CE Mais segurança para esportes radicais

11h O primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura. Será votado o substitutivo oferecido à matéria, que tem decisão terminativa na comissão.

CMA/CDH Caso Bancoop em debate

11h30 As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizam audiência pública conjunta sobre as denúncias de irregularidades na aplicação de recursos de fundos de pensão na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). Devem participar o promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo José Carlos Blat; o corretor Lúcio Bolonha Funaro; o ex-presidente da Bancoop João Vaccari; e o advogado da Bancoop Pedro Dallari.

CMO Eleição de novo presidente

18h30 A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião para eleição da Mesa diretora. Antes, a comissão examina mensagens com análise das contas do Executivo de diversos exercícios e requerimentos de audiência pública sobre irregularidades em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Diretor de multinacional afirma no Senado que 200 mil novos profissionais terão que ser qualificados no Brasil nos próximos dois anos



Audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne Marcelo Taulois (E), José Lima de Andrade Neto, Fernando Collor de Mello, Nelson Narciso Filho e Luiz Fernando Santos Reis

Debate: falta mão de obra para o pré-sal

A FORMAÇÃO DE engenheiros, técnicos e operários para a exploração de petróleo e gás é o grande desafio brasileiro para o aproveitamento das novas reservas descobertas na camada pré-sal. Essa foi a principal conclusão dos participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na noite de ontem.

A audiência foi o 5º painel do ciclo de debates Agenda Desafio 2009-2015 – Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, proposto pelo presidente da Comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL). O painel teve como título “Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas do pré-sal”.

O primeiro a se manifestar foi o presidente da BR Distribuidora, José Lima de Andrade Neto. Ele afirmou que a metodologia

utilizada pelo governo brasileiro para a formação dos recursos humanos necessários à exploração do petróleo do pré-sal é diferente da usual. Segundo ele, a partir do projeto estabelecido, o país tem procurado adequar a formação da mão de obra.

Lima Neto também salientou a necessidade de se reforçar a *expertise* de empresas de engenharia no Brasil. Ele disse que o país já teve grandes e competentes empresas de engenharia, mas a atuação e competência dessas empresas foram diminuindo ao longo dos anos.

Dificuldade

Marcelo Taulois, diretor-presidente da Aker Solutions do Brasil, uma multinacional de origem norueguesa, destacou a grande dificuldade da empresa em obter mão de obra qualificada. Segundo ele, um engenheiro recém-formado leva cinco anos para ser preparado para atuar nesse mercado.

A empresa, que tinha 350

funcionários em 2007, hoje conta com 850 e pretende chegar a pelo menos 1,2 mil em 2012. Taulois afirmou que 4% dos custos com funcionários da empresa no Brasil são gastos em treinamento, fato sem similar em suas filiais em outros países. Ele estimou que 200 mil novos profissionais terão de ser qualificados no país nos próximos dois anos.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Luiz Fernando Santos Reis, salientou a necessidade de se formar gestores. Segundo ele, falta capacidade gerencial em todos os níveis.

De acordo com Santos Reis, o Brasil forma anualmente 23 mil engenheiros, contra 80 mil na Coreia do Sul e 200 mil na Índia. Enquanto no Brasil há seis engenheiros para cada grupo de 100 mil habitantes, a média dos países em desenvolvimento situa-se entre 18 e 30 engenheiros para cada 100 mil habitantes.

Agência reguladora tem investido em laboratórios

A ênfase do diretor Nelson Narciso Filho foi no fomento de programas de formação de mão de obra da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os recursos estabelecidos em lei, segundo ele, possibilitaram o lançamento de quatro editais, que totalizaram 46 programas com tal propósito.

Desde 1999, foram ofertadas 4,3 mil bolsas de estudos, a um custo de R\$ 184,3 milhões. Embora não fosse o alvo inicial, foram feitos “investimentos maciços” em infraestrutura laboratorial, uma vez que as escolas não tinham recursos para isso, afirmou. Dos 515 projetos, 504 foram aplicados em investimento laboratorial, a um custo de R\$ 1,36 bilhão. Outros R\$ 264 milhões foram

aplicados no Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo.

Narciso Filho alertou ainda para a necessidade de se fortalecer o vínculo entre academia, governo e empresas privadas. O fortalecimento desse vínculo foi também assinalado pelo presidente da CI, Fernando Collor, segundo o qual, mais uma vez, um painel realizado pela comissão concluiu pela carência de mão de obra especializada, notadamente na área de engenharia: para cada 100 alunos dos cursos de Engenharia, apenas 30 chegam ao final do curso habilitados para exercerem algum trabalho, lamentou. Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), o debate foi “um grande alerta à sociedade brasileira”.

Oposição tenta hoje adiar análise da Petro-Sal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) propondo a interrupção da análise do projeto que cria a Petro-Sal (PLS 309/09) até que seja votada a proposta (PLC 16/10) que estabelece o regime de partilha e trata da distribuição dos *royalties* do petróleo. O relator, Gim Argello (PTB-DF), apresentou voto contrário ao adiamento.

Gim Argello também é relator do projeto que cria a Petro-Sal e anunciou para a próxima semana a apresentação de seu parecer. Ele mantém o texto do projeto, mas o senador deve aceitar emenda de redação do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que altera o nome da estatal a ser criada – de Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Petro-Sal para Pré-Sal Petróleo Sociedade Anônima. Caso seja mantida a urgência constitucional, o adiamento dificilmente será aprovado.



Gim: voto contrário

Renan não acredita em consenso em torno do projeto dos royalties

Relator do projeto que institui o regime de partilha e trata dos *royalties* do petróleo, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que o texto tem contradições. Para o consultor em energia do Senado Paulo

Viegas, as mudanças introduzidas no projeto (PLC 16/10) são “inconstitucionais e de difícil aplicação”.

A Emenda Ibsen altera a distribuição atual dos recursos obtidos com o petróleo na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, vinculando tudo à distribuição dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Já as Disposições Finais e Transitórias estabelecem para o pré-sal uma distribuição completamente diferente. Renan é favorável à urgência constitucional de 45 dias, mas considera “praticamente impossível” um consenso. Será preciso muita negociação para encontrar uma forma aceitável pela maioria do Senado.



Renan: contradição

Ideli defende direitos dos estados produtores, mas aprova partilha

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) alertou para a necessidade de o Senado reconhecer o direito de os estados produtores receberem os *royalties* da exploração para os contratos já firmados. Ela defendeu, no entanto, a aprovação da capitalização da Petrobras e do regime de partilha.

A senadora criticou a cobertura da imprensa com relação a fatos relacionados à Petrobras. Ideli disse que os jornais destacam apenas informações negativas, divulgando pouco ou omitindo notícias do sucesso da empresa.

– A notícia de a Petrobras ter ficado em segundo lugar [em lucratividade], no continente americano, teve, na imprensa, três parágrafos na página do fundo do jornal – disse Ideli, citando ainda a vinda, do Japão, de trabalhadores brasileiros qualificados para trabalhar na construção de plataformas e o prêmio de melhor empresa gerenciada da América Latina.



Ideli Salvatti

Crivella manifesta esperança em acordo sobre compensações

A ponderação e a tolerância que caracterizam o Senado poderão construir uma fórmula em que nenhum estado perca na distribuição dos *royalties* sobre petróleo, afirmou ontem Marcelo Crivella

(PRB-RJ). Ele citou estimativas de reservas do pré-sal, que variam de 30 bilhões de barris a 200 bilhões de barris.

– Todo esse petróleo não deve causar entre nós nenhuma cizânia, nenhum ódio; pelo contrário, deve nos unir na construção de um Brasil que todos queremos, que seja rico, poderoso, culto, mas também humano e justo.

Crivella recorreu ao ministro da Defesa, Nelson Jobim – que atuou como relator-adjunto de sistematização na Constituinte –, e a parecer do ministro aposentado do Supremo Sepúlveda Perence, para resgatar o sentido original dos *royalties*: uma compensação pelos efeitos socioeconômicos e ambientais causados pela exploração do petróleo.



Crivella

Além do presidente, provavelmente o deputado Waldemir Moka, a CMO elege hoje os relatores dos projetos de leis orçamentárias para 2011

Comissão de Orçamento elege novo presidente

A INSTALAÇÃO E a eleição do presidente e dos membros da Mesa diretora da Comissão Mista de Orçamento (CMO) devem ocorrer hoje, conforme convocação do atual presidente, senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Pelas regras de alternância fixadas no regimento, agora a presidência será ocupada por um membro da Câmara dos Deputados – o nome cogitado é o do deputado Waldemir Moka (PMDB-MS). Já o relator do projeto de Orçamento da União para 2011, primeiro ano do mandato do sucessor do presidente Lula, deverá ser um senador. No ano passado, foi o deputado Geraldo Magela (PT-DF). Outros nomes para cargos importantes da CMO podem ser confirmados hoje, como o do relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – que deve ser aprovada até junho. O cargo de relator de Re-



Deputado Geraldo Magela (E) e senador Almeida Lima serão substituídos na relatoria do Orçamento e na presidência da CMO

ceitas do projeto de Orçamento é outra função de destaque a ser preenchida.

Lista de membros

A nova composição da CMO foi confirmada na última sexta-feira, com a leitura da lista de

indicados pelos líderes do Senado e da Câmara, em sessão do Senado (em substituição ao Congresso). A comissão tem 40 membros titulares, sendo 30 deputados e dez senadores, com igual número de suplentes.

Outras duas vagas, uma de cada Casa, são preenchidas em rodízio por indicação das bancadas minoritárias, que, pelo cálculo da proporcionalidade, não conseguem número suficiente para participar da comissão. Pela lista divulgada (veja abaixo), estão em aberto indicações para

suplência.

As regras de funcionamento da CMO (Resolução 1/06) estabelecem que sua instalação e a eleição da sua Mesa devem ocorrer até a última terça-feira do mês de março de cada ano. Nessa data, também se encerra o mandato dos membros da comissão do ano anterior. Nenhuma matéria poderá ser analisada até a instalação da composição seguinte. O regimento veda a designação, para membros titulares ou suplentes, de parlamentares que integraram a comissão anterior.

Antes da instalação, a CMO analisa, entre outros, dois requerimentos que solicitam a presença do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, para prestar esclarecimentos sobre fiscalização em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

CAE avalia nova legislação para quebra de sigilo bancário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje projetos apresentados pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), em 2003, e pelo então senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), em 2005, que aperfeiçoam a legislação sobre sigilo bancário.

O relator Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou substitutivo às duas propostas (PLS 418/03 e PLS 49/05), tornando a lei mais flexível para facilitar o combate à lavagem de dinheiro e, ao mesmo



Propostas receberam substitutivo do relator, senador Gerson Camata

tempo, mais rigorosa contra o uso indevido de dados.

Proposta obriga a União a compensar estado e município

A União poderá ser obrigada a compensar os estados, o Distrito Federal e os municípios por perdas na arrecadação decorrentes da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da base de cálculo e demais medidas relativas ao Imposto de Renda (IR).

A determinação, que abrange todos os benefícios tributários fixados pela União desde 1º de janeiro de 2009, está na Proposta de Emenda à Constituição 9/09,



Relator da PEC, ACM Júnior resalta perda de arrecadação desde a crise em pauta na reunião de amanhã da Comissão de Justiça.

Escolta mínima com dois vigilantes para carro-forte

A contratação de escolta especializada com pelo menos dois vigilantes poderá se tornar obrigatória no transporte intermunicipal de dinheiro. É o que indica proposta incluída na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 418/05), do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), tem o voto favorável do relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem a proposta vai



Valadares, relator, espera que medida reduza o número de assaltos contribuir para reduzir o número de assaltos a carros-fortes.

A NOVA COMPOSIÇÃO

Partidos definirão suas indicações para compor a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deste ano. Eles vão avaliar o último projeto de lei orçamentária a ser enviado pelo presidente Lula ao Congresso

SENADORES		
	TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB)	• Adelmir Santana (DEM-DF) • Gilberto Goellner (DEM-MT) • Flexa Ribeiro (PSDB-PA) • Lúcia Vânia (PSDB-GO)	1. Eliseu Resende (DEM-MG) 2. Raimundo Colombo (DEM-SC) 3. João Tenório (PSDB-AL) 4. Marisa Serrano (PSDB-MS)
Maioria (PMDB/PP)	• Paulo Duque (PMDB-RJ) • Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	1. Geovani Borges (PMDB-AP) 2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB)	• Tião Viana (PT-AC) • Inácio Arruda (PCdoB-CE)	1. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) 2. Ideli Salvatti (PT-SC)
PTB	• Gim Argello (PTB-DF)	1. Romeu Tuma (PTB-SP)
PDT	• Jefferson Praia (PDT-AM)	—
PSOL*	• José Nery (PSOL-PA)	—
DEPUTADOS		
	TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	• Arnon Bezerra (PTB) • Cida Diogo (PT) • Dilceu Sperafico (PP) • Geraldo Simões (PT) • José Guimarães (PT) • Lázaro Botelho (PP) • Leonardo Monteiro (PT) • Virgílio Guimarães (PT) • Aníbal Gomes (PMDB) • Edio Lopes (PMDB) • Fátima Pelaes (PMDB) • Henrique Eduardo Alves (PMDB) • Leonardo Quintão (PMDB) • Waldemir Moka (PMDB) • Jaime Martins (PR) • José Rocha (PR)	1. Carlos Abicalil (PT) 2. Carlos Zarattini (PT) 3. Devanir Ribeiro (PT) 4. Maria do Rosário (PT) 5. Pedro Fernandes (PTB) 6. Roberto Balestra (PP) 7. Roberto Britto (PP) 8. Zé Geraldo (PT) 9. Professor Setimo (PMDB) 10. Giacombo (PR) 11. Luciano Castro (PR) — — — — —
PSDB/DEM/PPS	• Arnaldo Jardim (PPS) • Eduardo Gomes (PSDB) • João Almeida (PSDB) • Raimundo Gomes de Matos (PSDB) • Rômulo Gouveia (PSDB) • Eduardo Sciarra (DEM) • Guilherme Campos (DEM) • José Maia Filho (DEM) • Luiz Carreira (DEM)	1. Cezar Silvestri (PPS) 2. Júlio Cesar (DEM) 3. Lael Varella (DEM) 4. Rogério Lisboa (DEM) 5. Lira Maia (DEM) — — —
PSB/PDT/PCdoB/PMN	• Ana Arraes (PSB) • Dagoberto (PDT) • Edmilson Valentim (PCdoB) • Valadares Filho (PSB)	1. Chico Lopes (PCdoB) 2. Francisco Tenório (PMN) 3. Giovanni Queiroz (PDT) 4. (Deputado do PRB ocupa a vaga)
PV	• Fábio Ramalho	1. Ciro Pedrosa
PSOL*	—	—
PRB*	—	1. George Hilton(*)

* Preenchimento em rodízio por indicação das bancadas minoritárias, que, pelo cálculo da proporcionalidade, não conseguem número suficiente para participar da comissão

Governo exalta PAC 2. Oposição vê "enganação"

O lançamento, ontem, da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) pelo governo Lula trouxe ao Plenário generosos elogios da bancada governista e críticas severas por parte dos senadores oposicionistas. Para a base de apoio, o programa, que prevê investimentos de R\$ 1 trilhão entre 2011 e 2014, "traz uma visão ampla, democrática, republicana e oferece uma política estratégica de Estado", como definiu o senador João Pedro (PT-AM). Para Augusto Botelho (PT-RR), outro senador governista, o "PAC é obra do povo e do Estado brasileiros". Mas a oposição lembrou o alto índice de obras e projetos não concluídos na primeira edição do PAC para acusar a segunda versão do programa de eleitoreira. Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o evento organizado pelo governo ontem foi uma "mistificação, encenação, enganação, promessas anunciadas num período eleitoral". Alvaro acusa o governo de criar o PAC 2 exclusivamente para alavancar a candidatura à sucessão de Lula da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o que caracterizaria crime eleitoral, pelo uso indevido da máquina pública.



Lula discursa no lançamento do PAC 2: principal programa do governo enfrenta críticas da oposição

Valdir Raupp ressalta obras previstas para o estado de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou ontem ter participado do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), que prevê a realização de obras de infraestrutura.



Valdir Raupp

O senador salientou em especial as principais obras previstas para o estado de Rondônia. O evento foi promovido ontem pelo presidente Lula e pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pré-candidata do PT às eleições presidenciais.

Entre as obras que irão beneficiar Rondônia, Raupp citou a ponte sobre o rio Madeira; a conclusão das pontes de travessia de Candeias do Jamari; e as construções da ponte sobre o rio Abunã, na BR-364; do contorno norte de Porto Velho; das travessias urbanas nas cidades de Presidente Médici, Vilhena, Pimenta Bueno e Jiparaná; e da BR-429.

Raupp disse ainda que outras obras em Rondônia poderão ser incluídas no PAC 2 tão logo seja concluído o projeto executivo desses empreendimentos, a exemplo da restauração da BR-364. Obras do PAC 1, lançado no começo de 2007, encontram-se em andamento em Rondônia, como as usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, afirmou.

Augusto Botelho destaca construção de casas populares

Augusto Botelho (PT-RR) disse estar animado com o lançamento do PAC 2. Ele destacou as palavras do presidente Lula, para quem, o programa é obra "do Estado e do povo brasileiro". O senador lembrou que tanto o presidente quanto a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, classificaram o programa como "uma prateleira de projetos para que o governo não pare nos próximos anos, independentemente de quem seja o governante".

O senador salientou os projetos de cunho social previstos no PAC 2 como a construção de 2 milhões de casas populares, sendo que 60% delas – 1,2 milhão de unidades, em que serão investidos R\$ 71,7 bilhões – destinam-se a famílias que ganham até R\$ 1.395. Outros R\$ 30,5 bilhões serão destinados, ressaltou o senador, à transformação de favelas em casas populares, por meio de regularização fundiária, urbanização e saneamento básico. Em financiamento habitacional estão programados investimentos de R\$ 176 bilhões, acrescentou.

Augusto Botelho ressaltou ainda que 20 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza e 86 milhões ingressaram na classe média durante o governo Lula.



Augusto Botelho

Para Alvaro Dias, maioria dos projetos nunca saiu do papel

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o lançamento da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) pelo presidente da República foi um "comício de luxo" que contou com a presença de ministros, governadores, prefeitos e demais lideranças políticas. Para o senador, a sigla PAC não passa de "marketing oficial para a propaganda do governo".

– Esse evento de hoje [ontem] em Brasília é mistificação, encenação, enganação. Isso é uma farsa. O PAC é uma sigla, são promessas anunciadas num período eleitoral. É uma afronta à legislação porque é visível que os objetivos são eleitoreiros. A promoção da candidata do governo neste evento se constitui em crime eleitoral – afirmou.

Na opinião de Alvaro Dias, o PAC "é uma vigarice que se revela nos números". Ele afirmou que apenas 11% dos projetos de saneamento básico previstos no PAC foram realizados. Disse ainda que 54% de todos os projetos do PAC "nunca saíram do papel". O senador acredita que o lançamento do PAC 2 caracteriza "uso da máquina pública" com o objetivo de alavancar a candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República.



Alvaro Dias

João Pedro defende aperfeiçoamento do programa no debate

João Pedro (PT-AC) defendeu ontem o lançamento, pelo governo federal, da segunda fase do PAC. Ele disse que, apesar das críticas da oposição e de alguns blogs – que veem no anúncio das obras uma estratégia para promover a candidatura à Presidência da ministra Dilma Rousseff –, é preciso reconhecer a importância do projeto para o Brasil.

– Não podemos diminuir a importância desse projeto devido à discussão eleitoral. Precisamos é aperfeiçoá-lo no debate.

Segundo o senador, o PAC 2 prevê um investimento, de 2011 a 2014, de cerca de R\$ 1 trilhão em seis eixos considerados estratégicos do ponto de vista social: cidadania, comunidade, habitação, água e luz, transporte e energia.

– O programa traz uma visão ampla, democrática, republicana. Não discrimina vereadores ou prefeitos. É um projeto de Estado. Não serve para alavancar uma ou outra candidatura – afirmou.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) cumprimentou João Pedro por sua atuação nos três anos em que ocupou a vaga do titular de seu mandato, Alfredo Nascimento. Na próxima semana, Nascimento deixa o Ministério dos Transportes para reassumir o posto no Senado.



João Pedro

Papaléo: programa de direitos humanos atenta contra liberdade de expressão

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) advertiu ontem para o perigo que estaria contido no Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH 3), lançado pelo governo em dezembro. Ele lembrou que o documento foi recebido com críticas por vários setores da sociedade, por "atentar contra os direitos fundamentais da livre expressão e livre manifestação do pensamento". Trata-se, diz Papaléo, de "apenas um bloco de intenções de espírito errático e conflitante com os mais caros princípios democráticos".

– O mais desolador de tudo isso reside



Papaléo Paes

no fato de que um programa sobre direitos fundamentais da pessoa humana atente contra valores indisponíveis, como a liberdade de manifestação e a liberdade religiosa – alertou Papaléo, para quem o PNDH 3 representa um constrangimento aos cidadãos, à semelhança de regimes autoritários como Venezuela e Cuba.

Ele criticou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e pré-candidata à Presidência, que dá prioridade à agenda governamental, mas "não se dignou" a vir ao Senado esclarecer o plano e solucionar as dúvidas a seu respeito.

Mão Santa aponta propaganda irregular de obras do governo do Piauí

O senador Mão Santa (PSC-PI) apontou ontem uma série de obras no Piauí que, segundo disse, vêm sendo anunciadas como tendo sido executadas pelo atual governo do estado, quando, na verdade, ou não saíram do papel ou foram construídas por governos anteriores.

De acordo com o senador, na maioria das vezes coube à administração de Wellington Dias realizar pequenos reparos, ampliações ou melhoramentos em obras há muito concluídas.

Mão Santa citou como exemplo o caso



Mão Santa

do Aeroporto de Parnaíba – construído, segundo ele, ainda na década de 70. O senador disse que material de propaganda sugere que o aeroporto teria sido obra desse governo.

Mão Santa também relatou sua participação, no último fim de semana, da homenagem prestada pela

Câmara Municipal de Salvador ao economista Nelson Almeida Taboada, que recebeu a Medalha Tomé de Souza. Disse que Taboada, grande produtor de soja, levou a cultura do grão em larga escala à fronteira da Bahia com o Piauí.

Objetivo do debate na CAS é orientar a discussão de projeto que isenta dos exames médico-periciais os aposentados por invalidez com mais de 60 anos



Paim considera as perícias uma forma de violência contra os mais velhos

Comissão debate realização de perícia médica em idoso

COM O OBJETIVO de orientar a discussão de projeto que isenta dos exames médico-periciais os aposentados por invalidez com mais de 60 anos, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) promove hoje, a partir das 9h, uma audiência pública sobre esses procedimentos realizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O debate foi solicitado pelos senadores Paulo Paim (PT-SP), autor da proposta (PLS 302/07), e Roberto Cavalcanti (PRB-PB). A perícia médica é exigida para a manutenção dos benefícios de aposentadoria ou pensão.

Na opinião de Paim, a exigência não apenas prejudica os idosos inválidos, como é "um dos exemplos mais revoltantes de violência contra eles".

Foram convidados para participar da audiência José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores; José Augusto da Silva Filho, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Moacyr Roberto Tesch Auerswald, diretor-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh); Rejane Guimarães Pitanga, presidente da Central

Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT-DF); e Chico Vigilante, ex-deputado federal.

Prontuário

A CAS volta a se reunir, amanhã, para votar projetos. O primeiro item é a proposta (PLS 474/08) que determina o uso de prontuário eletrônico para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida determina a criação de um cadastro nacional de usuários e profissionais do setor, incluindo pessoal das unidades de saúde públicas ou privadas.



Roberto Cavalcanti é um dos autores do requerimento para a audiência

Senador quer limitar juros de empréstimo para idosos

Para evitar que aposentados e pensionistas paguem taxas de juros mais altas que os trabalhadores da ativa em empréstimos com desconto em folha, conhecidos como empréstimos consignados, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou um projeto de lei – PLS 565/07 – que está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). A matéria será votada em decisão terminativa.

Quando apresentou o projeto, em 2007, Paim argumentou que a cobrança de taxas de juros mais altas para aposentados e pensionistas caracterizaria discriminação contra os idosos, infração prevista no Estatuto do Idoso (Lei 10.471/03).



Relator do projeto, Mesquita Júnior defende aprovação

Sua proposta acrescenta um parágrafo à Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Essa lei trata da autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.

O relator na CAS é Geraldino Mesquita Júnior (PMDB-AC), que defende a aprovação do projeto.

Projeto permite saque do FGTS a partir dos 65 anos

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) uma proposta que permite às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Hoje, esse saque é permitido para trabalhadores com idade a partir dos 70 anos. O projeto também permite aos aposentados que continuam trabalhando ou voltam à atividade movimentar os recursos do FGTS a cada 12 meses.

Essa proposta, que receberá decisão terminativa na CAS, foi elaborada a partir de três projetos de lei: o PLS 255/07, do senador Neuto de Conto (PMDB-SC); o PLS 263/07, do senador Paulo Paim (PT-RS); e o PLS 55/09,



Autor do projeto mais antigo, Neuto propôs saque mensal

do senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

A proposta resultante foi apresentada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator dos três textos. Se for aprovada, a matéria seguirá sua tramitação sob a forma de substitutivo ao PLS 255/07, o mais antigo dos projetos.

Brasil poderá ter Centro de Prevenção de Desastres

Diante da grande ocorrência de enchentes e deslizamentos no Brasil, o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) apresentou proposta para criar o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC), órgão federal destinado a emitir alertas nas situações de risco de calamidades e estabelecer canais de comunicação eficazes com a mídia e a população.

O projeto tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde a relatora é a senadora Marina Silva (PV-AC). Pelo PLS 490/09, o novo órgão terá uma estrutura centralizada para receber, analisar e transmitir informações geoclimáticas, sendo capaz de adotar me-



Novo centro, diz Colombo, trará mais segurança à população

didadas preventivas quando houver risco de desastres ambientais.

Colombo afirma que o centro reunirá informações como nível e vazão dos rios, velocidade dos ventos e quantidade de chuva, que poderão ser captados e transmitidos para análise em tempo real.

Cartório deverá informar óbitos às secretarias de Segurança

Os cartórios de registro civil poderão ser obrigados a comunicar às secretarias de Segurança Pública os óbitos de pessoas de quem tenham emitido os documentos de identidade. É o que prevê projeto que deverá ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir à apreciação do Plenário.

Para o autor do projeto (PLC 26/08), deputado Celso Russomanno (PP-SP), "muitas fraudes serão evitadas com essa

simples providência". Já para a relatora na CCJ, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o projeto vai impedir, entre várias fraudes, a "continuidade do pagamento indevido de proventos de aposentadoria e pensões após a morte do beneficiário".

A proposta original previa a comunicação do óbito também à Receita Federal. Com uma emenda, Lúcia Vânia removeu essa medida para evitar "vício de injuridicidade". Como explicou, a Lei 8.212/91, que

dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, já prevê, no artigo 68, que o titular do cartório de registro civil seja obrigado a comunicar ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) os registros de óbitos realizados.

– Já existe norma disciplinando o tema em questão, especialmente após a unificação das receitas Previdenciária e Federal sob a forma da Receita Federal do Brasil – explicou a senadora.



Lúcia Vânia elogiou projeto que está relatando na CCJ

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Sadi Cassol • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Senador afirma que capital da Bahia precisa de um "choque urbanístico"

César Borges lembra os 461 anos de Salvador

César Borges (PR-BA) saudou ontem os 461 anos de fundação de Salvador, observando que a cidade, criada em 1549 para ser a sede do império português nas Américas, precisa hoje de um "choque urbanístico" para enfrentar os problemas decorrentes do excessivo crescimento demográfico.

Ele disse que Salvador conta com cerca de 3 milhões de habitantes, sendo a cidade mais populosa do Nordeste, a terceira do Brasil e a oitava da América Latina.



Entidade defende exigência do diploma, diz Marco Maciel

Maciel registra posse na imprensa de Pernambuco

O senador Marco Maciel (DEM-PE) registrou a posse da diretoria da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), dia 26 de março, no Recife. Ele disse que a entidade presidida por Múcio Aguiar "vai começar uma nova etapa em sua rica história", empunhando bandeiras como a defesa do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão. O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo, participou da solenidade.

Paim se reúne com aposentados na região Sul

Paulo Paim (PT-RS) registrou em Plenário visita que fez às cidades de Uruguaiana, Caxias do Sul, São José do Hortêncio e Linha Nova, no interior de seu estado, e também a Concórdia, em Santa Catarina.

O senador considerou como "ponto alto" de sua agenda em Uruguaiana reunião realizada com aposentados, pensionistas e idosos da região.

Paim registrou também a comemoração do 238º aniversário de Porto Alegre, festejado sexta-feira. Ele ainda apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal e líder do PDT gaúcho Matheus Schmidt.

Projeto em discussão na Comissão de Educação obriga, para a prática das atividades, a comprovação de qualificação dos instrutores junto às entidades que administram as modalidades esportivas. Decisão da CE é terminativa

Comissão examina regras para tornar esportes radicais mais seguros

A REGULAMENTAÇÃO DA prática de esportes radicais ou de aventura é o primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) hoje. O projeto, que será votado em caráter terminativo, define regras para empresas que vendem tais serviços e normas para o acesso a equipamentos utilizados.

Os senadores vão examinar um texto substitutivo apresentado pelo relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), ao projeto (PLS 403/05) do senador Efraim Morais (DEM-PB). A proposta pretende oferecer "solução oportuna e adequada às práticas inseguras, às vezes irresponsáveis, detectadas na oferta desses esportes em todo o país".

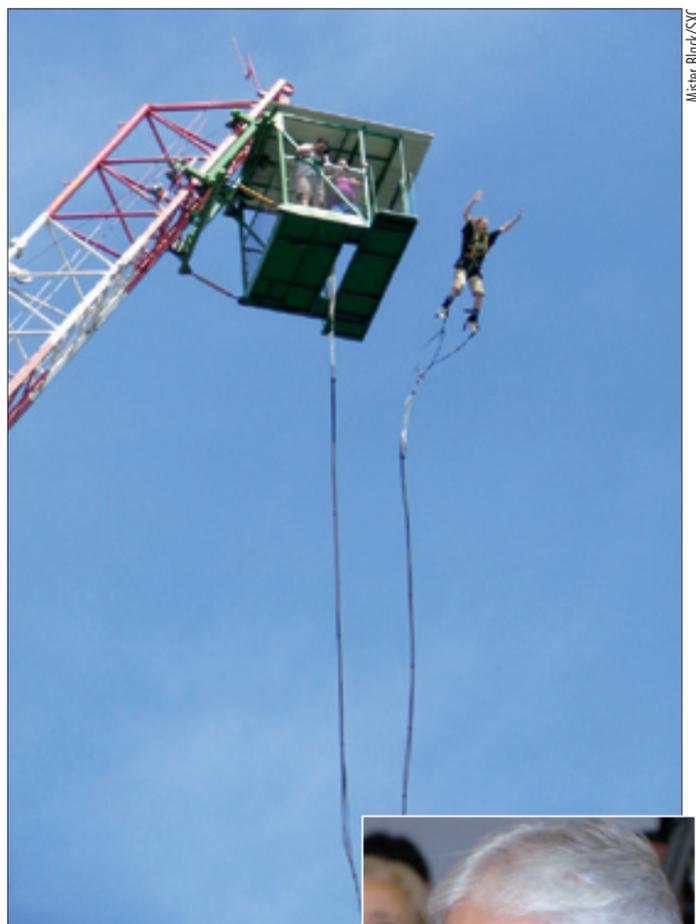
O texto apresenta definições para os esportes de aventura e radicais, seguindo a Resolução 18/07, do Conselho Nacional do Esporte, e estabelece que a prestação de serviços ficará condicionada à comprovação, na entidade de administração do

desporto, de qualificação de instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos.

Após ouvir representantes desses esportes, Colombo buscou uma solução segundo a qual o Estado não viole o princípio de autonomia dessas entidades. Pelo projeto original, a comprovação deveria ser feita junto aos órgãos públicos competentes.

As regras para a certificação de qualificação e para a renovação desse documento, contudo, segundo o substitutivo, serão definidas em regulamento, de modo a permitir a interação entre o Ministério do Esporte, o Conselho Nacional do Esporte e as entidades de administração do desporto.

Ainda de acordo com o substitutivo, os equipamentos a serem utilizados na prática desses esportes deverão seguir normas de segurança definidas pela entidade nacional de administração do desporto. O relator



Mister Black/SXC

Efraim Morais vê irresponsabilidade por parte de quem promove esportes radicais, como o bungee jump

também incluiu artigo para prevenir a incidência de sanções civis e penais para os prestadores de serviços relacionados a esporte de aventura ou radical, em caso de descumprimento da lei.



J. Freitas

Plano de Educação será construção coletiva, afirma Fátima Cleide

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) será construído coletivamente, afirmou no domingo a presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Fátima Cleide (PT-RO), na cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Educação (Conae). O plano expira este ano e os parlamentares terão de discutir a educação brasileira para elaborar o novo plano, que entrará em vigor em 2011. O evento segue até o dia 1º de abril.

– A construção coletiva do Plano Nacional de Educação deverá ser referência para o Congresso Nacional – disse ela, defendendo também a inclusão, no PNE, de uma meta de financiamento da educação com fatia de recursos do PIB. Só assim, segundo ela, será possível financiar com qualidade novas demandas, decorrentes das políticas públicas implementadas nos últimos anos.

Participaram ainda da abertura



Marcos Kalilme

Fátima Cleide defende percentual do PIB para financiamento da educação

da Conae a líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC); os ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Cultura, Juca Ferreira; o secretário-executivo-adjunto e coordenador da Conae, Francisco Chagas; o secretário de Assuntos Estratégicos Samuel Pinheiro; e o presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputado Ângelo Vanhoni (PT-RS).

Exame da OAB cria "cruel reserva de mercado", diz Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) voltou a criticar ontem o Exame de Ordem, aplicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O senador disse que a OAB cria, com o exame, "uma cruel reserva de mercado" e não sabe se mede a competência ou capacidade de qualquer bacharel de Direito. Para ele, a obrigatoriedade do exame é institucional e impede o livre exercício da profissão.

– Nós sabemos que a OAB presta relevantes serviços ao Estado, mas não é seu papel tirar autonomia das universidades e do Ministério da Educação – criticou.

O senador leu e-mails enviados por defensores e opositores ao exame da OAB e disse que está lutando para que as universidades e faculdades exerçam seu papel em toda a plenitude. Ele reafirmou que não é papel da OAB medir capacidade de qual-



Geovani Borges

Geovani: papel da OAB é fiscalizar faculdades e não medir capacidade

quer pessoa, pois para isso existe o Ministério da Educação.

– O papel da OAB é fiscalizar se as faculdades estão aptas ou não a preparar seus alunos e colocá-los no mercado de trabalho – assinalou.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que a luta de Geovani Borges é pela melhor qualidade de ensino.

Acir Gurgacz quer formação moral para jovens

Uma educação que atenda necessidades não apenas curriculares, mas também morais, dos jovens brasileiros foi defendida ontem por Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador disse que o foco da educação deve ser a formação do cidadão completo e cobrou dos candidatos nas eleições deste ano debates sobre a educação de qualidade.

O parlamentar afirmou que, enquanto não se conseguem criar as condições necessárias

para evitar a desestruturação familiar, "é necessário que o Estado ofereça, com uma educação de qualidade, as ferramentas para que as crianças e os jovens cresçam saudáveis, vencendo as más influências, os maus exemplos e as crises familiares".

Para isso, segundo Acir Gurgacz, não bastarão apenas recursos financeiros, mas "material humano qualificado, treinado, com vocação; profissionais capazes de levar a cabo

uma política educacional mais humana que possa suprir as necessidades das crianças".

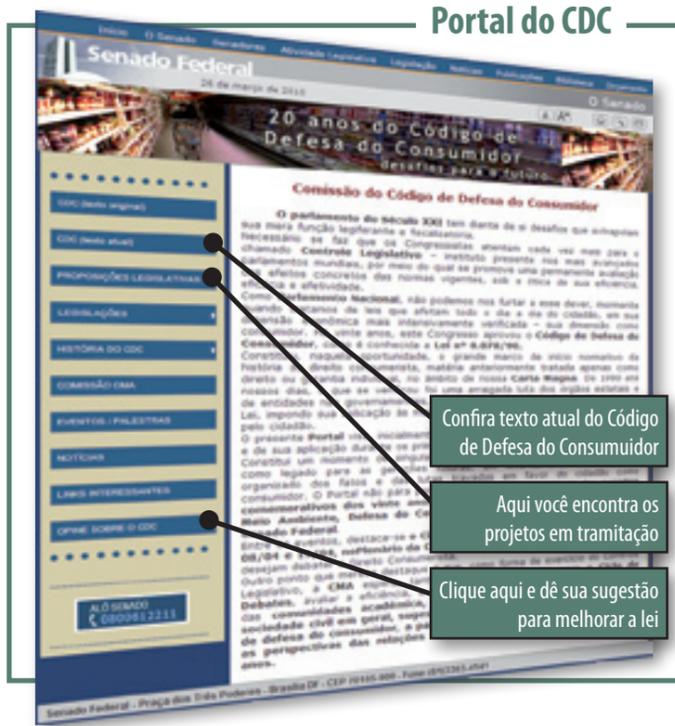
Informações da Vara de Infância e Juventude de Porto Velho mostram, segundo Acir, os efeitos da desestruturação familiar. De 800 jovens que cumprem medidas socioeducativas na capital, 36% são usuários de drogas e 50% pertencem a famílias com baixa renda. Na maioria dos casos, ressalta Acir, está ausente a figura do pai.



Educação deve formar o cidadão completo, diz Acir Gurgacz

Portal ajuda a renovar Código do Consumidor

Senado oferece ao cidadão chance de participar dos estudos para sugerir mudanças e aperfeiçoamentos à lei, que completa 20 anos



Marco na construção da cidadania e apontado por alguns juristas como a principal lei (8.078/90) do direito privado na segunda metade do século 20, no Brasil, o Código de Defesa do Consumidor completa 20 anos em setembro. E agora precisa ser aperfeiçoado.

Este é o plano da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que criou um grupo de trabalho para elaborar um diagnóstico e fazer sugestões.

A sociedade poderá participar, enviando sugestões para o endereço www.senado.gov.br/sf/senado/programas/20anosCDC. “O grupo de trabalho vai considerar as propostas que forem enviadas”, assegura o senador Renato Casagrande (PSB-ES),

que preside a comissão.

Lançado na quinta-feira, na primeira audiência pública realizada pela CMA para debater o código, o portal traz várias informações, como a versão original do texto legal e sua atualização, a explicação sobre os vetos presidenciais ao que foi aprovado no Congresso e as alterações ocorridas ao longo desses 20 anos.

Há também os projetos em tramitação no Congresso voltados aos direitos do consumidor, a legislação de alguns países, reportagens relacionadas ao código e links para acessar outros endereços importantes, como o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, os Procons estaduais, Ministério Público, agências reguladoras e associações, entre outros.

Para o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), um dos idealizadores do CDC, o texto precisa ser mais explícito em alguns dispositivos e incluir pelo menos dois novos temas: comércio eletrônico e endividamento das pessoas.

As vendas pela internet estão cada vez mais difundidas, mas o comprador está, segundo Benjamin, pouco amparado pelo CDC, até porque não era preocupação na época em que foi elaborado.

No caso do “superendividamento das pessoas físicas”, disse o ministro, os dispositivos do CDC que oferecem alguma proteção no crédito ao consumo são incipientes e o consumidor está muito vulnerável ao marketing agressivo, que promete prestações de até 20 vezes sem juros.

Idec: comprador precisa conhecer seus direitos

Conhecer os seus direitos é um dever do consumidor. Esse é o primeiro passo para se prevenir de aborrecimentos futuros, aconselha Marilena Lazzarini, uma das fundadoras, em 1987, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), considerado uma das principais associações de consumidores do país. Para tanto, os brasileiros têm que se inteirar dos direitos assegurados no CDC, cuja versão atualizada pode ser lida no portal lançado pelo Senado.

A dificuldade é que a maior parte dos consumidores, segundo a conselheira do Idec, sabe da existência do código e de que pode ir reclamar em algum lugar, “mas chegam ao Procon depois que fizeram compras ruins”. O segundo passo recomendado pelo Idec é comprar de forma responsável, pesquisando sempre condições

e preços ofertados, além de manter a calma e o equilíbrio ao decidir a compra.

O terceiro passo é saber reclamar adequadamente. “O consumidor que conhece os seus direitos resolve sozinho os seus problemas, na maioria dos casos. Ele reclama direto no fornecedor e só vai ao Procon se isso não dá certo”, disse Lazzarini. O percurso mais frequente é outro: o consumidor compra de qualquer jeito e, depois, vai procurar o Procon. Segundo o DPDC, a marca Procon tornou-se tão forte que muitos brasileiros recorrem ao órgão para se divorciar, levantar FGTS e outros motivos que nada têm a ver com a relação de consumo.

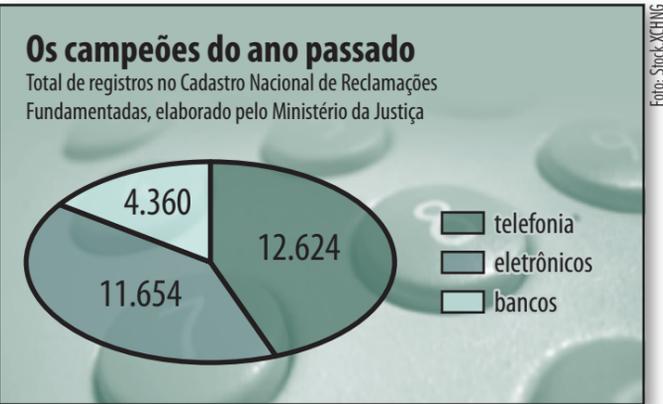
O código estimula, conforme a conselheira, que o consumidor reclame direto com o fornecedor. Criou, para tanto,

um dispositivo pelo qual interrompe contagem de prazo para reclamação quando o consumidor comprova sua queixa junto ao fornecedor. Mas é sempre importante estar atento. Lazzarini alertou que várias lojas de eletrodomésticos estão fixando prazo de 72 horas para trocar produtos com defeito, se não o comprador tem que ir direto à assistência técnica: “Isso está errado. O CDC estabelece que o consumidor pode escolher onde trocar o produto defeituoso: ou na loja, ou na assistência técnica ou na fábrica”.

As queixas aos fornecedores precisam ser registradas como forma de comprovação – através de carta, por exemplo. Só que essa exigência é mais um problema para pessoas de baixa escolaridade que estão ascendendo ao mercado. Daí a importância das organizações de consumidores. No entanto, segundo Lazzarini, elas enfrentam enorme dificuldade no Brasil. “Não temos uma cultura associativista”, lamentou.

O Idec vem estudando mecanismos, na área das agências reguladoras, de viabilizar a participação de associações em consultas públicas de “assuntos intrincados”, como telecomunicações e energia elétrica.

Marilena Lazzarini ajudou a fundar o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, considerado uma das principais associações de consumidores do país



Telefonia é campeã de queixas, aponta levantamento nacional

As empresas de telefonia continuam a ser as recordistas em reclamações nos procons. O Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas mostrou que, em 2009, elas permaneceram à frente dos bancos, que acumulam grande volume de queixas principalmente contra os cartões de crédito.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, responsável pelo cadastro exigido pelo artigo 44 do CDC, divulga hoje o relatório analítico sobre as 104.867 reclamações registradas contra mais de 10 mil fornecedores no ano passado. Esse levantamento funciona como amostragem, porque reúne os dados de apenas 39 procons dos cerca de 600 existentes no país, segundo o diretor do DPDC, Ricardo Morishita. A novidade é que, com base nesse relatório, as recordistas vão ter que explicar à sociedade o que estão fazendo para reduzir as reclamações de sua clientela.

As empresas de telefonia possuem ouvidorias exigidas pela Anatel, mas elas não têm autonomia decisória para corrigir políticas da empresa que prejudiquem os consumidores. Morishita defende que a comissão do Senado estude uma lei para exigir ouvidorias nas empresas que ainda não as implantaram e dar a elas maior poder decisório.

Com o melhor desempenho nos indicadores auditados pela Anatel nos últimos dois anos, a Vivo explicou, na audiência pública na CMA, que focou na melhoria do atendimento ao cliente para reduzir custos e recuperar a imagem da empresa, desgastada pelas queixas e denúncias de fraudes e clonagem. Atualmente, recebe cerca de 2 milhões de reclamações entre 40 milhões de ligações mensais atendidas no seu call center.

Segundo Roberto de Lima, presidente da empresa, 66% dessas queixas, que vão da falta de conexão à contestação de valores faturados, são hoje resolvidas na própria ligação.

Saiba mais

Portal 20 anos do Código de Defesa do Consumidor
www.senado.gov.br/sf/senado/programas/20anosCDC/default.asp

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

www.senado.gov.br/jornal/cidadania/index.htm
Procurar Crédito consignado;
Natal: Direitos do Consumidor;
Tarifas bancárias;
Regras para os SACs são descumpridas.

Links interessantes alojados no portal
www.senado.gov.br/sf/senado/programas/20anosCDC/links.asp

Especial Cidadania (algumas edições relacionadas ao código)



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL